

Crescimento zero no ano que vem

Revisão do Orçamento prevista no ajuste fiscal reduz drasticamente estimativa de expansão

Maria Luiza Abbott e Leandra Peres

BRASÍLIA

A equipe econômica trabalha com previsão de crescimento zero para o próximo ano. A nova projeção deverá constar da revisão do Orçamento para 1999, a ser encaminhada ao Congresso no início do mês que vem. Na proposta orçamentária enviada no fim de agosto, o Governo estimava que o Produto Interno Bruto (PIB) crescerá 4%. Também a inflação prevista para 98 no Orçamento deverá ser revista, passando de 3,6% para 2%.

Segundo integrantes da equipe econômica, a previsão de crescimento zero para o PIB em 99 é praticamente consensual entre os especialistas do Governo. Mesmo assim, a decisão de incluir essa estimativa como um dos parâmetros do Orçamento a ser revisto ainda depende de uma reavaliação final.

A nova projeção para a atividade econômica no próximo ano se baseia na realidade imposta pela crise internacional. Para enfrentar a fuga de capitais, o Governo aumentou os juros e, além disso, o próprio ajuste fiscal em preparação, com redução de gastos e aumentos de impostos, deve contribuir para desacelerar o crescimento econômico.

Medidas estavam sendo fechadas ontem com técnicos do FMI

Hoje, os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Paulo Paiva, devem apresentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso o programa de ajuste fiscal para os próximos três anos. As metas de superávit primário (receitas menos despesas, excluindo juros) e déficit nominal (resultado de todas as receitas e despesas) estavam sendo fechadas ontem pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, com os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A expectativa é que haja um acordo sobre os números para que seja feita a programação do triênio, com metas trimestrais de gastos e despesas que deverão ser cumpridas pelos três níveis de Governo.

Amanhã, o presidente se reúne com os líderes governistas no Congresso para apresentar o programa de ajuste, mas as medidas só seriam formalmente anunciadas depois do segundo turno das eleições, que acontece domingo, para que não sejam usadas contra o Governo na campanha eleitoral.

Segundo um graduado integrante da equipe econômica, as medidas necessárias para cumprir essa programação fiscal não deverão ser anunciadas esta semana, pois a idéia é adotá-las na medida em que forem sendo concluídas. Um ministro disse que, até agora, apenas o aumento da CPMF de 0,2% para 0,3% e a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas já estão decididos.

A nova alíquota da CPMF daria um ganho adicional de R\$ 4 bilhões e o novo imposto a ser criado passaria a tributar patrimônios a partir de R\$ 4 milhões. As demais medidas ainda estão em discussão.

— Os técnicos ainda estão conversando lá em Washington — explicou esse ministro.

Segundo outra fonte próxima da equipe econômica, do ajuste de R\$ 25 bilhões previsto, dois terços serão obtidos com redução de gastos na União e

nos estados. O um terço restante será garantido com aumento de receita. O item Outros Custeios de Capital, a rubrica que reúne todos os gastos com manutenção e investimento da União, chegou a R\$ 40 bilhões este ano e deverá ser cortado em pouco mais de R\$ 10 bilhões para o próximo ano. Outros R\$ 10 bilhões deverão ser a economia obtida pelos estados com o enxugamento de suas folhas de pessoal em 1999. Para garantir esse resultado, o projeto de lei complementar que o Governo vai encaminhar ao Congresso prevê que os estados que gastam mais de 60% de sua receita líquida com pessoal deverão cortar dois terços desse excedente no próximo ano. O restante seria cortado em 2000. Os estados que não cumprirem esses limites, depois de aprovada a lei, perderiam direito aos repasses constitucionais, como prevê a emenda da reforma administrativa promulgada em julho.

A equipe econômica conta ainda com a aprovação da reforma da Previdência este ano para economizar cerca de R\$ 2 bilhões com as despesas do INSS em 1999.

Previsão de crescimento zero não surpreende empresários

A previsão feita ontem pelo Governo, de crescimento zero para o PIB, não surpreendeu os empresários. O empresário José Ermírio de Moraes Filho, presidente do conselho de administração do Grupo Votorantim, já trabalha com expectativa de variação zero ou até ligeiramente negativa em alguns setores onde atua. É o caso das áreas de cimento e de papel, onde a Votorantim tem participação importante. José Ermírio afirmou ontem que planejamento ainda não está concluído em outras áreas de atuação do grupo, como metais e alumínio, mas o resultado não deverá ser muito diferente dos demais. Em 1998, o grupo Votorantim espera faturar US\$ 4 bilhões, 4% a mais do que no ano passado.

— Um crescimento zero para 1999 é razoável. Com esses juros elevados, é humanamente impossível crescer — afirmou José Ermírio.

Já o empresário Mário Bernardini, dono da MGM Mecânica Geral e Máquinas, não tem boa perspectiva para sua empresa no ano que vem. Segundo ele, não há muito mais o que encolher.

Nos últimos dez meses, o quadro de funcionários de sua empresa foi reduzido pela metade e tem hoje cerca de 40 funcionários. O faturamento este ano deverá cair 15% em relação a 1997, quando faturou US\$ 3,5 bilhões.

— É preciso saber quem vai pagar o pato de um crescimento zero ou negativo do PIB. Se isso significar queda da participação do setor financeiro e aumento do setor produtivo, poderá ser até razoável. Mas se o Governo levar adiante a intenção de aumentar a carga tributária sobre a produção e não baixar os juros, será uma tragédia. Não descarto a possibilidade de fechar a empresa — disse Bernardini. ■

COLABORARAM: Marcelo Rehder e Aguinaldo Novo, de São Paulo

• PESQUISA MOSTRA QUE EMPRESÁRIOS ESTÃO PESSIMISTAS E REDUZIRÃO INVESTIMENTOS, na página 22



O MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan, que deverá entregar hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso o plano de ajuste fiscal

ALÍQUOTA DA CPMF DEVE SUBIR PARA 0,3% E IR PARA QUEM GANHA ACIMA DE R\$ 1.800 CONTINUARÁ EM 27,5%

AS MEDIDAS QUE O GOVERNO PODE ADOTAR

• **CPMF:** A atual alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de 0,2%, cobrada sobre os saques de contas correntes e de poupança, deve subir para 0,3%.

• **IMPOSTO DE RENDA:** O Imposto de Renda das pessoas físicas não deve ser aumentado pelo Governo, mas a alíquota extraordinária de 27,5%, que incide sobre os salários acima de R\$ 1.800, deverá vigorar por mais um período.

• **GRANDES FORTUNAS:** Para evitar críticas de que as medidas atingirão somente a classe média, o Governo vai apoiar a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas, que vai tributar pessoas físicas com patrimônio acima de R\$ 4 milhões.

• **INCENTIVOS:** Deve ser feita uma revisão dos incentivos fiscais, como os concedidos ao Nordeste e à Zona Franca de Manaus.

• **PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES:** A contribuição previdenciária dos ser-

vidores da União, atualmente de 11%, deve aumentar. O Governo poderá também voltar a cobrar contribuição sobre os proventos dos inativos. Há também estudos para se cobrar uma espécie de empréstimo compulsório sobre as aposentadorias com valores superiores a R\$ 5 mil.

• **FEF:** O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), que permite ao Governo reter 20% da receita do Orçamento, pode ser prorrogado. A retenção, além disso, pode ser aumentada.

• **GATILHO:** Nova lei complementar vai estabelecer mecanismo pelo qual haveria corte automático de gastos no Orçamento sempre que as despesas atingissem determinado limite.

• **METAS:** A nova lei também vai permitir também o estabelecimento de metas de superávit fiscal que, se não forem atingidas, poderão acarretar punição aos administradores públicos responsáveis pelos setores envolvidos. As metas valeriam também para estados e municípios.

• **CORTES:** O Orçamento da União para 1999 será refeito e incluirá cortes significativos nas despesas previstas. A revisão deverá compensar a queda de receita prevista na primeira proposta que embutia uma inflação de 3,6% e crescimento de 4% do PIB. As novas estimativas são de inflação de 2% e crescimento zero.

• **REFORMA:** A reforma da Previdência deverá ser acelerada, pois sua aprovação poderá garantir uma economia de R\$ 2 bilhões em 1999.

• **DEMISSÕES:** O Governo quer obrigar os estados a reduzir suas despesas com pessoal. Deverá ser encaminhado um projeto de lei complementar com prazos para que esses gastos não ultrapassem 60% da receita líquida, mesmo que isso signifique demissões.

• **CUSTEIOS DE CAPITAL:** O item Outros Custeios de Capital (OCC) poderá ser cortado dos R\$ 40 bilhões que chegou em 98, para cerca de R\$ 30 bilhões no próximo ano.